



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA DO RIO PARAÓPEBA
Ata da 47ª reunião, realizada em 31 de outubro de 2011

1 Em 31 de outubro de 2011, reuniu-se a Unidade Regional Colegiada do Rio
2 Paraopeba (URC Paraopeba) do Conselho Estadual de Política Ambiental
3 (COPAM), em Belo Horizonte, Minas Gerais. Participaram os seguintes membros
4 efetivos e suplentes: o presidente Augusto Henrique Lio Horta, Henrique Augusto
5 Reis, Saulo de Souza Queiroz, Paulo Emílio Guimarães Filho, Marcelos Antônio
6 Marques, William Garcia Pinto Coelho, Maria Teresa Maya Caldeira, Luiz
7 Henrique Passos Rezende, Licínio Eustáquio Mol Xavier e Fábio Santos Dutra –
8 representantes do poder público; Wagner Soares Costa, Ana Paula Bicalho de
9 Mello, Marco Aurélio Moreira, Ricardo Goulart Castilho de Souza, Silvio Piroli e
10 Lenice Neves Guimarães – representantes da sociedade civil. Assuntos em pauta. 1)
11 **EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino
12 Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O presidente Augusto Henrique Lio Horta
13 declarou aberta a 47ª reunião da Unidade Regional Colegiada do Rio Paraopeba. **3)**
14 **COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS. Comunicado dos servidores do**
15 **Sisema.** A conselheira Lenice Neves Guimarães fez leitura de comunicado dos
16 servidores do Sisema: “Dando continuidade às manifestações ocorridas nas reuniões
17 anteriores desta unidade do COPAM, vimos informar aos senhores conselheiros,
18 empreendedores e demais presentes nesta reunião sobre a situação atual do
19 movimento dos servidores estaduais de Meio Ambiente por melhorias das nossas
20 condições de trabalho e salariais. Atualmente, estão sendo realizadas reuniões de
21 negociação entre o governo, representado pela Secretaria de Estado de Meio
22 Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) e pela Secretaria de Estado de
23 Planejamento e Gestão (Seplag), e uma comissão de negociação eleita pelos
24 servidores estaduais de Meio Ambiente na última assembleia geral da categoria,
25 realizada em 16 de setembro deste ano. A última reunião de negociação ocorreu em
26 19 de outubro, na qual, dentre outros assuntos, foi discutida a criação de um grupo
27 de trabalho para a proposição da incorporação da parcela fixa da Gedama ao
28 vencimento básico, reajuste na tabela salarial e revisão dos critérios vigentes para
29 progressão e promoção da carreira dos servidores do Sisema. O referido grupo de
30 trabalho foi oficialmente criado por meio da Resolução SEMAD nº 1.427, publicada
31 em 27 de outubro, quinta-feira passada. Assim, estamos aguardando o andamento
32 das próximas reuniões de negociação para que, caso sejam tomadas medidas
33 concretas que visem garantir a melhoria das nossas condições salariais e de trabalho,
34 os servidores do Meio Ambiente possam deliberar, em futura assembleia geral da
35 categoria, pelo encerramento da operação padrão ou, caso contrário, por outras
36 ações reivindicatórias. Em síntese, vimos informar que continuamos em operação
37 padrão, na qual reduzimos parte de nossas atividades. Contudo, considerando que

38 estamos em fase de negociação junto ao governo, faremos a leitura deste
39 comunicado, mas informamos que não iremos nos retirar da reunião, como realizado
40 nas vezes anteriores, como um ato de boa-fé por parte dos servidores em demonstrar
41 o seu interesse em manter o diálogo franco e aberto com o governo e no sentido de
42 agilizar as negociações visando ao retorno às nossas atividades normais. Cabe
43 esclarecer que iremos participar desta reunião como cidadãos e não como
44 representantes da equipe do órgão ambiental. Gostaríamos de solicitar a
45 continuidade do apoio dos senhores conselheiros e demais presentes ao nosso
46 movimento, pelos motivos já expostos em reuniões anteriores, e que a nossa
47 manifestação conste na ata desta reunião. Por fim, vimos informar que continuamos
48 abertos e aguardando as próximas reuniões de negociação junto com o governo do
49 Estado. Atenciosamente, servidores do Sistema Estadual de Meio Ambiente e
50 Recurso Hídricos. Trinta e um de outubro de 2011.” Após a leitura do comunicado,
51 a conselheira Lenice Neves Guimarães declarou o apoio do Instituto Ekos às
52 reivindicações dos servidores. **4) EXAME DAS ATAS DA 44ª E 46ª REUNIÕES.**
53 **Ata da 44ª reunião.** Aprovada por unanimidade a ata 44ª reunião da Unidade
54 Regional Colegiada do Rio Paraopeba, realizada em 16 de agosto de 2011, com as
55 seguintes alterações: 1) Substituir o texto da condicionante que consta às linhas 94 a
56 107 pelo texto publicado no Diário Oficial do Estado: “Em 60 (sessenta) dias,
57 definir, em conjunto com a comunidade e a prefeitura, e executar, durante a validade
58 da licença, programa de relacionamento com a comunidade e a prefeitura para
59 discutir e encaminhar pontos específicos relacionados com o empreendimento,
60 como água, qualidade, material particulado, poeira, vazão de lençol e nascentes,
61 cavernas, fechamento de mina, medidas de controle ambiental internas do
62 empreendimento, vibrações, trânsito, situação ambiental da estrada, participação da
63 Vale no asfaltamento da estrada e outros pontos definidos ao longo do
64 relacionamento. Prazo: 60 (sessenta) dias para apresentar o programa. Executar
65 durante a validade da revalidação da LO.” 2) Incluir, à linha 133, a seguinte
66 recomendação: “Recomendação da URC Paraopeba ao COPAM – A URC
67 Paraopeba recomendou ainda, ao Plenário do COPAM, a retomada das discussões
68 acerca do caucionamento, pelas empresas exploradoras, de garantias financeiras
69 necessárias à recuperação de áreas degradadas por empreendimentos de mineração.”
70 O conselheiro Ricardo Goulart Castilho de Souza declarou-se impedido de votar
71 essa recomendação. **Ata da 46ª reunião.** Aprovada por unanimidade a ata 46ª
72 reunião da Unidade Regional Colegiada do Rio Paraopeba, realizada em 26 de
73 setembro de 2011. **5) PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICENÇA DE**
74 **OPERAÇÃO CORRETIVA. 5.1) Fornac Ltda. Produção de fundidos de ferro**
75 **e aço sem tratamento químico superficial, inclusive a partir de reciclagem.**
76 **Igarapé/MG. PA 00252/2004/003/2011.** Licença concedida por unanimidade nos
77 termos do parecer técnico e controle processual, com inclusão das seguintes
78 condicionantes: – “O empreendimento deverá apresentar, no prazo de 30 (trinta)
79 dias, a anuência da APE Serra Azul”; (condicionante aprovada por maioria, tendo
80 sido registrados 11 votos favoráveis e três votos contrários); – “Apresentar e manter

81 atualizada a documentação comprobatória da regularidade ambiental de receptores
82 de resíduos e efluentes do empreendimento. Prazo: durante a vigência da licença”.
83 (condicionante aprovada por maioria, tendo sido registrados dez votos favoráveis).
84 O conselheiro Ricardo Goulart Castilho de Souza registrou recomendação ao
85 empreendedor para que, “dentro do possível, compre matérias-primas de
86 fornecedores licenciados”. Manifestação do representante da Fornac Ltda.: “Foi
87 falado que a empresa tem a licença e vai continuar trabalhando. Só que nós temos
88 um ponto: 99% dos nossos clientes exigem a licença, os nossos contratos são
89 assinados com a apresentação da licença. Então, não é simplesmente continuar
90 operando. Eu preciso ter a licença para apresentar que eu tenho condições de
91 continuar operando com os meus clientes.” A condicionante relativa à comprovação
92 de regularidade ambiental de receptores de resíduos e efluentes do empreendimento
93 foi proposta pelo conselheiro Willian Garcia Pinto Coelho, originalmente,
94 incluindo-se a exigência da comprovação de regularidade ambiental também dos
95 fornecedores de matéria-prima. O tema foi debatido e a URC rejeitou essa
96 exigência, por voto de maioria (oito votos contrários e cinco favoráveis), tendo sido
97 aprovado o texto proposto pelo conselheiro Ricardo Goulart Castilho de Souza,
98 conforme registrado nesta ata. Em função das discussões, o presidente Augusto
99 Henrique Lio Horta sugeriu que o tema fosse levado para ser discutido na Câmara
100 Normativa e Recursal (CNR), sem prejuízo da decisão específica da URC neste
101 presente processo. O conselheiro Wagner Soares Costa destacou a existência de
102 parecer da Advocacia Geral do Estado (AGE), de 3/4/2006, que conclui pela
103 antijuridicidade do procedimento de se exigir, na licença ambiental, a comprovação
104 da regularidade do fornecedor de matéria-prima. O conselheiro Marco Aurélio
105 Moreira manifestou-se contrariamente à exigência, inclusive em relação aos
106 receptores de resíduos e efluentes, e declarou-se também contrário ao
107 encaminhamento do tema para discussão na CNR. O conselheiro Saulo de Souza
108 Queiroz registrou sua concordância com as manifestações do conselheiro Marco
109 Aurélio Moreira. Monitoramento. A conselheira Lenice Neves Guimarães sugeriu a
110 inclusão do cromo entre os parâmetros a serem monitorados, mas retirou a sua
111 proposta após esclarecimentos feitos pelo empreendedor e a Supram. **6)**
112 **PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DE LICENÇA PRÉVIA**
113 **CONCOMITANTE COM LICENÇA DE INSTALAÇÃO. 6.1) ArcelorMittal**
114 **Mineração Serra Azul S/A. Lavra a céu aberto com tratamento a úmido.**
115 **Minério de ferro. Unidade de tratamento de minerais. Itatiaiuçu/MG. PA**
116 **00366/1990/023/2011, DNPM 013.845/1967.** Processo retirado de pauta com
117 pedido de vista dos conselheiros Lenice Neves Guimarães, Wagner Soares Costa e
118 Ricardo Goulart Castilho de Souza. Justificativas de pedido de vista. Conselheira
119 Lenice Neves Guimarães: “A serra do Itatiaiuçu hoje talvez seja um dos ambientes
120 mais degradados de toda a bacia do rio Paraopeba. Ela tem grandes
121 empreendimentos do ramo de mineração e está passando por um processo de
122 Avaliação Ambiental Integrada desses empreendimentos. Os estudos preliminares já
123 constataam uma grande interferência sobre os recursos hídricos. O Instituto Ekos,

124 pela natureza de proximidade com o comitê da bacia, tem foco nesse aspecto. É uma
125 serra que divide os mananciais principais da região metropolitana. Os impactos
126 desse empreendimento são extensivos a uma área tratada no parecer como Área de
127 Influência Indireta – os municípios de Brumadinho e Sarzedo. E existiriam também
128 impactos significativos pelo aporte da produção no transporte, impactando tanto a
129 BR-381 quanto estradas municipais de Brumadinho e Sarzedo. Então, a motivação
130 do pedido de vista é de aprofundar, através dos estudos ambientais completos, quais
131 seriam os reais impactos do empreendimento nesses pontos.” Conselheiro Wagner
132 Soares Costa: “Embora respeitando a conselheira, eu julgo que a motivação
133 realmente não motiva o pedido de vista, porque ele é genérico e não traz dúvidas
134 sobre o empreendimento em si. Eu penso que todo pedido de vista tenha que ser
135 para dirimir dúvidas sobre o parecer encaminhado, olhando o processo. Neste
136 sentido, respeito, acato o pedido de vista, mas coloco aqui o meu protesto. Eu
137 registro e peço vista em conjunto. É regimental e eu vou explicar o porquê. Quando
138 o pedido de vista da conselheira é genérico, eu preciso entender exatamente qual é o
139 posicionamento dela, para que eu possa fazer a defesa da empresa na minha resposta
140 de vista. Porque a minha resposta de vista, em princípio, segue o parecer único da
141 SEMAD.” Conselheiro Ricardo Goulart Castilho de Souza: “A motivação é tentar
142 entender o processo como um todo, entender o pleito do Instituto Ekos. Porque aqui
143 eu represento a mineração. Manifestação do representante da empresa. Aparecido
144 Giacometto, gerente de Meio Ambiente da ArcelorMittal Serra Azul: “Eu só queria
145 que ficasse registrado que, a pedido do Instituto Ekos, recentemente, realizamos
146 uma audiência pública no município de Itatiaiuçu por esse mesmo motivo, num
147 licenciamento de um empreendimento contíguo com esse que nós estamos
148 licenciando. Na ocasião, foi uma pilha de co-disposição. A Arcelor já discutiu isso
149 amplamente com a comunidade e foi muito bem aceita, e foi aprovada a sequência
150 do licenciamento. Gostaria de registrar também que esse empreendimento não altera
151 um metro quadrado sequer além do que já está impactado hoje no empreendimento.
152 É uma sequência de operações. E, porventura, se tiver algum estudo ou alguma
153 coisa adicional que o instituto gostaria que fosse feito, que isso fosse colocado em
154 condicionante.” **6.2) Posto Pioneiro Ltda. Postos revendedores, postos de**
155 **abastecimento, instalações de sistemas retalhistas e postos flutuantes de**
156 **combustíveis. Felixlândia/MG. PA 03560/2001/002/2011.** Licença concedida por
157 unanimidade nos termos do parecer técnico e controle processual. **7) PROCESSOS**
158 **ADMINISTRATIVOS DE LICENÇA DE OPERAÇÃO. 7.1) LGA – Mineração**
159 **e Siderurgia Ltda. Unidade de tratamento de minerais. Congonhas/MG. PA**
160 **07754/2008/004/2011.** Licença concedida por unanimidade nos termos do parecer
161 técnico e controle processual. **7.2) Transul Transporte Ltda. Transporte**
162 **rodoviário de resíduos perigosos. São Luís/MA. PA 04757/2007/002/2011.**
163 Licença concedida por unanimidade nos termos do parecer técnico e controle
164 processual. **7.3) Transportes Niquini Ltda. Transporte rodoviário de resíduos**
165 **perigosos. Betim/MG. PA 00043/1987/040/2010.** Licença concedida por
166 unanimidade nos termos do parecer técnico e controle processual. **8) PROCESSO**

167 **ADMINISTRATIVO DE ALTERAÇÃO DE CONDICIONANTE DA**
168 **LICENÇA DE OPERAÇÃO. 8.1) Retiro Baixo Energética S/A. Barragens de**
169 **geração de energia hidrelétrica. Pompéu e Curvelo/MG. PA**
170 **00238/2003/003/2009.** Processo retirado de pauta com pedido de vista dos
171 conselheiros William Garcia Pinto Coelho, Ricardo Goulart Castilho de Souza,
172 Wagner Soares Costa, Lenice Neves Guimarães, Fábio Santos Dutra e Ana Paula
173 Bicalho de Mello. Justificativas de pedido de vista. Conselheiro William Garcia
174 Pinto Coelho: “Tratando-se de alteração de condicionante, o Ministério Público
175 queria ter acesso ao contexto em que ela foi inserida, para fazer a análise técnica das
176 observações do parecer.” Conselheiro Ricardo Goulart Castilho de Souza: “O
177 Sindiextra pede vista conjunta para tentar ajudar e municiar, dentro do processo de
178 Retiro Baixo, junto com as outras partes que irão pedir vista. Por ter aprovado a
179 licença na última reunião, eu participei desse processo. Então, eu tenho o histórico.”
180 Conselheiro Wagner Soares Costa: “Vista conjunta motivada por entender que é
181 uma condicionante técnica e que o parecer estava correto, e precisamos entender
182 perfeitamente qual é a dúvida do outro conselheiro, para que a gente possa participar
183 deste processo.” Conselheira Lenice Neves Guimarães: “Este empreendimento
184 passou por diversas discussões junto com o Instituto Ekos e o comitê de bacia, e
185 essa condicionante, assim como a própria metodologia de transposição de peixes, foi
186 amplamente discutida no comitê. E gostaríamos de ter a possibilidade de verificar se
187 talvez tenha alguma outra alternativa de não reduzir o número de espécies, mas, sim,
188 de manter um monitoramento adequado para as espécies de piracema, verificando
189 não a redução do escopo da condicionante, mas, talvez, o modo, de maneira que o
190 monitoramento possa ser cumprido.” Conselheiro Fábio Santos Dutra: “Também
191 pedido de vista conjunto pelo Comitê da Bacia do Paraopeba, por motivo óbvio:
192 trata-se de interferência importante no rio Paraopeba. Então, o comitê gostaria de
193 participar dessa vista.” **Deliberação da URC Paraopeba.** Com a concessão dos
194 pedidos de vista, a Unidade Regional Colegiada do Rio Paraopeba aprovou por
195 unanimidade a seguinte medida: “Fica autorizado, em caráter de excepcionalidade,
196 considerando o pedido de vista e a possível mortandade de peixes, que o
197 empreendedor proceda, a partir de amanhã, ao monitoramento apenas das espécies
198 que comportam a metodologia estabelecida. A Supram Central Metropolitana
199 deverá encaminhar ofício ao empreendedor, ainda nesta data, formalizando esta
200 decisão da URC”. A decisão da URC foi tomada com base em manifestações do
201 empreendedor e da área técnica da Supram, nesta sessão, esclarecendo que o
202 monitoramento de apenas três espécies e não das cinco espécies não irá prejudicar
203 os estudos nem a condução do empreendimento e, que por outro lado, evitará a
204 perda de indivíduos que não suportariam a técnica de introdução de transmissores de
205 rádio nos peixes. **Visita técnica ao empreendimento.** Durante as discussões do
206 processo, o representante da empresa fez convite aos conselheiros para visitarem o
207 empreendimento. Ficou acordado, nesta sessão, que a Supram irá disponibilizar ao
208 conselheiro Wagner Soares Costa, da Fiemg, os contatos de todos os membros da
209 URC, para que a entidade possa organizar a logística da visita à empresa. **9)**

210 **ASSUNTOS GERAIS. Discussão sobre pedidos de vista.** Durante a discussão do
211 item 8 desta ata, o conselheiro Wagner Soares Costa fez ponderações a respeito de
212 pedidos de vista a processos de licenciamento. O tema foi debatido e houve
213 consenso no sentido de que seja considerado no processo de revisão do Regimento
214 Interno do COPAM. Segue transcrição das manifestações. Conselheiro Wagner
215 Soares Costa: “Nós estamos vendo aqui hoje a aplicação de uma teoria na prática. A
216 colocação da condicionante, à época, foi feita com base na melhor teoria. E essa
217 melhor teoria hoje está demonstrando a falta de conhecimento de pesquisa sobre os
218 assuntos referentes à mudança de peixe dentro desse processo. Então, quando o
219 empreendedor vem aqui fazer uma solicitação com base na experiência vivida, nós
220 pedimos vista de pronto. Eu gostaria de aproveitar a oportunidade de pedir aos
221 senhores conselheiros que nos dessem a oportunidade de discussão antes do pedido
222 de vista, porque o pedido de vista de pronto cerceia a manifestação dos técnicos da
223 SEMAD, diminuindo o trabalho que eles fizeram; cerceia a defesa do empresário,
224 quando poderíamos estar resolvendo um problema que ele está vivendo.” Presidente
225 Augusto Henrique Lio Horta: “Eu tenho mantido, como precedente pessoal, mesmo
226 com o pedido de vista, a garantia da expressão dos conselheiros, mesmo que
227 regimentalmente não se possa deliberar, exatamente para minorar o efeito do pedido
228 de vista. Nas outras câmaras que presido, mesmo com vista concedida, eu deixo a
229 discussão continuar para que, inclusive, o solicitante de vista ouça o que os
230 conselheiros querem. Eu faço esse registro porque nem sempre sou compreendido
231 nessa minha maneira de agir. O segundo registro é o seguinte: eu tenho um blog,
232 “augusthorta.com”, e os senhores estão convidados a acessá-lo. Ontem, postei no
233 blog que eu também entendo que o empreendedor contribui com estudos técnicos,
234 com avanço da ciência, porque é ele que tem a experiência. Eu, por acaso, tinha
235 blogado uma questão semelhante a essa.” Conselheiro Wagner Soares Costa. “Esse
236 meu pedido aos conselheiros para esperar é porque, normalmente, depois do pedido
237 de vista, é muito difícil o conselheiro reconsiderar. Não sou contra o pedido de vista,
238 eu acho que é necessário, mas gostaria de pedir aos senhores conselheiros que, nas
239 próximas reuniões, ouçam um pouco e deem a oportunidade do debate, para
240 verificar se aquela predisposição do pedido de vista permanece após a discussão.
241 Quando pede vista, já cerceou, já tirou toda a possibilidade de discussão e
242 encaminhamento de uma proposta positiva.” Presidente Augusto Henrique Lio
243 Horta: “Não vai nenhum julgamento de mérito, mas o uso do pedido de vista é
244 funcional e o abuso, disfuncional. E, repito, não vai nenhum julgamento de mérito
245 ao pedido de vista que os senhores fizeram.” Conselheiro William Garcia Pinto
246 Coelho: “Eu acho que assim deve atuar o conselheiro: buscar a assessoria técnica do
247 empreendedor e dos órgãos da Secretaria e buscar também os seus assistentes
248 técnicos. Eu percebi aqui, hoje, uma revolta quanto ao pedido de vista. Eu sou da
249 área jurídica e estou acostumado a seguir protocolos. Se passarmos a discutir todos
250 os protocolos existentes em cada discussão de cada empreendimento, eu acredito
251 que nós não vamos seguir nunca. Essa era uma pauta que eu imaginei super simples,
252 mas foi se discutindo e descambando para outras questões. A vista é regulamentada,

253 tem um regulamento. Se quisermos discutir se a vista deve ser de uma forma ou não,
254 vamos discutir no âmbito da regulamentação existente. Eu entendo que esse tipo de
255 discussão aqui pode até pressionar alguns conselheiros a não se sentirem à vontade
256 para pedir vista. E é um exercício legítimo da atividade do conselheiro. Se não se
257 sentiu confortável com o parecer da Supram, tem que pedir vista. Mais dialético,
258 mais democrático do que foi hoje, eu acho quase impossível, sob pena de
259 inviabilizarmos as discussões neste órgão colegiado. Foi feito o pedido de vista e
260 discutido o mérito, coisa que não é a praxe nesta Casa. Até em deferência ao
261 Secretário, ele teve a sensibilidade de conduzir uma questão que vai trazer um
262 benefício ao pedido de vista e um benefício ambiental para essa questão. Então, eu
263 deixo aqui a posição do Ministério Público contrária a qualquer tipo de pressão. Os
264 conselheiros que queiram pedir vista precisam ter essa liberdade. E que as questões
265 de ordem metodológica da forma da reunião sejam discutidas em outro âmbito, em
266 outra seara, até sendo colocadas em questões gerais, porque senão nós não
267 seguimos.” Conselheiro Wagner Soares Costa: “Não estou querendo cercear
268 ninguém, só estou pedindo que os conselheiros esperem uma discussão para pedir
269 vista. Não estou cerceando, estou solicitando aos conselheiros que, nas próximas,
270 pensem e esperem a discussão. Se quiserem pedir vista de pronto, pode, não sou
271 contra o pedido de vista.” **Regimento Interno do COPAM**. Conselheiro Wagner
272 Soares Costa: “Por diversas vezes, a Federação das Indústrias se manifestou aqui e
273 na CNR para que a SEMAD providenciasse o novo Regimento Interno e conduzisse
274 as nossas reuniões de acordo com a nova estrutura que foi imposta há quatro anos.
275 Estamos vivendo aqui com o Regimento Interno de uma estrutura que não é esta.
276 Então, gostaríamos que fosse levado esse assunto à frente e se providenciasse a
277 discussão do novo Regimento Interno do COPAM, considerando a sua nova
278 estrutura.” Presidente Augusto Henrique Lio Horta: “A SEMAD já preparou uma
279 proposta, mas não trouxemos à CNR por um detalhe muito importante: é que nós
280 não concluímos o processo de recomposição do COPAM, ainda estão pendentes
281 diversos segmentos, em função do cancelamento do edital que estava em vigência.
282 Já temos o novo edital, que deve ser publicado ainda nesta semana, se tudo der
283 certo. Com a nova composição do COPAM, a primeira coisa que queremos discutir
284 é o Regimento Interno.” O conselheiro Ricardo Goulart Castilho de Souza propôs
285 que, quando iniciarem as discussões do novo Regimento Interno do COPAM no
286 âmbito da Câmara Normativa e Recursal, sejam eleitos representantes das Unidades
287 Regionais Colegiadas do Rio Paraopeba e do Rio das Velhas para participar do
288 Grupo de Trabalho. O conselheiro William Garcia Pinto Coelho endossou a
289 sugestão e solicitou que fosse, inclusive, pautados informes em Assuntos Gerais
290 para que os membros da URC possam acompanhar o andamento das discussões do
291 Regimento Interno. **Sistema de Informações Ambientais e Sisemanet**. Presidente
292 Augusto Henrique Lio Horta: “Fiquei muito preocupado com o que houve aqui hoje
293 no primeiro processo: não sabíamos se estávamos em uma unidade ou não
294 estávamos. Eu sei, por experiência própria, que temos dificuldades com o SIAM, o
295 que não justifica, a meu ver, a inconsistência da informação aos conselheiros. Eu sei

296 que o SIAM tem falhas, mas vou comunicar ao subsecretário Danilo o que
297 presenciei aqui, o que me preocupou muitíssimo. E acho que seria muito
298 interessante – então, que os conselheiros decidam o momento oportuno – que seja
299 feita uma apresentação do Sisemanet, que é o próximo sistema de informações, que
300 todos esperam que não gere esse tipo de inconsistência e de atraso no processo de
301 concessão de licenças.” **Sistema Integrado de Bolsa de Resíduos**. O conselheiro
302 Wagner Soares Costa fez divulgação do Sistema Integrado de Bolsa de Resíduos da
303 Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais. “É um meio eletrônico em que
304 aqueles que têm resíduos ofertam esses resíduos e aqueles que estão interessados em
305 resíduos como matéria-prima entram como demandadores desse resíduo. É grátis. O
306 empreendedor que queira participar precisa apenas cadastrar e, a partir daí, passar a
307 utilizar o sistema. Hoje, só autorizamos a trabalhar na Bolsa quem tem licença
308 ambiental. E temos um estreito relacionamento com a FEAM no sentido de ajustar,
309 para aqueles resíduos perigosos que não tenham ainda um procedimento adequado,
310 como estruturar esse processo. O endereço é ‘www.sibr.com.br’. **Desenvolvimento**
311 **sustentável**. **Presidente Augusto Henrique Lio Horta**: “Postei ontem, às 22h20, no
312 meu blog (augustohorta.com): ‘O agente econômico é vetor qualificado do processo
313 de mudanças de que o planeta precisa. Independentemente do sistema produtivo de
314 uma época e de um espaço, é ele que gerará e distribuirá riqueza, e administrará, ao
315 lado da política, a escassez de recursos. O desenvolvimento sustentável se tornará
316 uma estratégia econômica, cedo ou tarde.’” **Pagamento de Serviços Ambientais**
317 **(PSA)**. **Conselheiro William Garcia Pinto Coelho**: “Além da atividade de
318 conselheiro aqui, eu atuo como promotor de meio ambiente em Brumadinho. Eu
319 queria dividir com os colegas que, na semana passada, fizemos um termo de
320 cooperação técnica, de todo o Ministério Público de Minas Gerais, com a Fundação
321 Boticário, para tratar de questões de Pagamento de Serviços Ambientais (PSA), o
322 Bolsa Verde. Brumadinho vai ser o primeiro lugar no Estado – onde vamos
323 contemplar 75 proprietários rurais, salvo engano, no prazo de cinco anos – com
324 Pagamento de Serviço Ambiental, numa tentativa de estimular essa iniciativa do
325 poder público. Vai ser o primeiro projeto no Estado de Minas Gerais em atuação
326 conjunta com o Ministério Público. Então, eu queria fazer a propaganda
327 institucional deste convênio com a Fundação Boticário e também com a Amda, que
328 irá operacionalizar, na prática, a questão do PSA, e estimular que essa prática seja
329 difundida para outras regiões, fortalecendo a atuação do proprietário rural como um
330 interventor qualificado de tutela ambiental, não só na questão tecnológica, mas na
331 prática. Porque quem está lá no dia a dia é o proprietário, o empreendedor. Então,
332 essa conscientização, essa vontade de acertar é fundamental. **Presidente Augusto**
333 **Henrique Lio Horta**: “Eu deixo registrado, em nome do governo: se as empresas
334 quiserem fazer doações gravadas ao Fhidro, que fiquem à vontade (empresas,
335 ONGs, indivíduos). Eu acho o PSA uma das políticas públicas mais avançadas de
336 que se tem notícia. A quem quiser pôr dinheiro gravado para fins de PSA, estamos
337 abertos no Fhidro.” **Mocão aprovada pela Unidade Regional Colegiada do Rio**
338 **Paraopeba**. A Unidade Regional Colegiada do Rio Paraopeba aprovou por

339 unanimidade, com uma abstenção, a seguinte moção proposta pela conselheira
340 Lenice Neves Guimarães: “A URC Paraopeba do COPAM, reunida na 47ª reunião
341 ordinária, em 31/10/2011, aprovou a seguinte recomendação à SEMAD: que sejam
342 instituídos conselhos consultivos para a APE do Sistema Rio Manso e a APE do
343 Sistema Serra Azul visando à participação da sociedade civil e de outros segmentos
344 interessados na instrução do órgão gestor dessas unidades, isto é, a Copasa, na
345 concessão de anuências a empreendimentos localizados nesses territórios para fins
346 de licenciamento ambiental.” A conselheira Ana Paula Bicalho de Mello registrou
347 abstenção de voto. “Eu vou me abster. A minha abstenção foi justamente por causa
348 disto: eu não sei se estamos votando uma coisa que pode ser feita pela Lei ou não.”
349 **ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente
350 Augusto Henrique Lio Horta declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta
351 ata.

352 **APROVAÇÃO DA ATA**

353
354
355
356 **Presidente Augusto Henrique Lio Horta**